

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 22 de abril de 2019 às 07h51
Seleção de Notícias

Folha de S. Paulo | BR

Inovação

Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país	3
---	---

CIÊNCIA

Blog Fausto Macedo - Estadão.com | BR

Marco regulatório | INPI

Proposta para harmonização da proteção do desenho industrial	4
--	---

Universidades públicas produzem mais de 90% da pesquisa do país

CIÊNCIA

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral".

No último mês de março, cientistas brasileiros publicaram um estudo mostrando que a temperatura média do país pode aumentar 1,5 grau Celsius até a metade deste século se o desmatamento não for controlado. Origem da pesquisa: a UFRJ e a Uerj, duas universidades públicas do Rio.

Em fevereiro, médicos e biólogos mostraram que ser infectado pelo vírus da dengue pode proteger as pessoas dos efeitos do vírus da zika. O trabalho foi conduzido por pesquisadores da Fiocruz da Bahia e da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (SJRP), duas instituições públicas.

Em agosto de 2018, um grupo que inclui pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, instituição pública do Rio, identificou a origem do último surto de febre amarela a causar estragos sérios no país: macacos amazônicos que acabaram transmitindo o vírus da doença a seus parentes de outras regiões do Brasil.

Usando documentos públicos, dados de satélite e análises de campo, pesquisadores demonstraram que houve alta incidência de fraudes na extração de madeira supostamente legal no Pará entre os anos de 2012 e 2017. O estudo, também publicado em agosto passado, foi idealizado por cientistas da USP e da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos).

É, eu sei que esta é a coluna mais chata oriunda do teclado do meu computador sobre a qual o leitor já teve a infelicidade de deitar seus olhos. Mas há método na

minha repetição. O resumo da ópera, caso você ainda não tenha percebido, é o seguinte: quem faz pesquisa no Brasil - aliás, quem faz **inovação** tecnológica também - são as instituições públicas, em grandíssima medida.

Está aí o Ranking Universitário Folha, coordenado com denodo todos os anos pela colega Sabine Righetti, que não deixa mentir. Ranking geral das universidades brasileiras: entre as top 20, só há duas privadas (PUC-RS e PUC-RJ, a 18ª e a 19ª respectivamente). Ranking de pesquisa: apenas uma instituição privada entre as 20 melhores (PUC-RS, a 19ª). No ranking de inovação, que mede invenções patenteadas e colaboração com empresas, só há quatro universidades particulares entre as top 20 (a melhor colocada é a Universidade de Caxias do Sul, em sexto).

E, no entanto, o presidente Jair Bolsonaro afirmou recentemente: "Poucas universidades têm pesquisa, e, dessas poucas, a grande parte está na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo".

Com todo o respeito à Universidade Mackenzie (62ª no ranking de pesquisa nacional), essa afirmação tem base factual quase tão tênue quanto a ideia de que não houve ditadura no Brasil a partir de 1964.

Ou o presidente da República está tremendamente mal-informado ou está deliberadamente desinformando a população sobre o tema. Ambas as possibilidades são graves e parecem confirmar o desprezo do atual governo federal pelos fatos, em especial quando eles não se encaixam em sua visão de mundo.

Marcelo Leite; Reinaldo José Lopes

Proposta para harmonização da proteção do desenho industrial



Gabriel Di Blasi. FOTO: DIVULGAÇÃO

Recentemente ocorreu em Turim na Itália, o FICPI ExCo Meeting (International Federation of Intellectual Property Attorneys -- Executive Committee Meeting), evento da organização que reúne profissionais experientes do mundo inteiro no ramo de propriedade intelectual. Sou coordenador do grupo de **Desenhos** Industriais CET2, no qual reúne uma equipe de profissionais na área de **desenho** industrial, que foi responsável por importantes posicionamentos da FICPI sobre o tema.

Um dos temas mais trabalhados afeta diretamente o Brasil: trata-se da análise de pedidos de prioridade unionista. Em seu manual recentemente publicado, o **INPI** diz que fará uma análise comparativa entre as representações do desenho industrial depositado no país de origem e aquelas depositadas no Brasil.

Caso as representações sejam distintas, mesmo que minimamente, o **INPI** exigirá adequação, sob pena de perda deste importante direito de prioridade. Isso significa que para efeitos de novidade e originalidade o pedido de desenho industrial a ser protegido no Brasil terá proteção assegurada a partir da respectiva data de depósito e não da data de prioridade do país de origem.

Conduzi uma pesquisa a respeito dos procedimentos em mais de 20 países, e pude constatar que esta não é a

prática mais adotada, sendo usualmente presumida a legitimidade e a adequação das representações do desenho industrial a ser protegido, mesmo que com mínimas diferenças, desde que não afetem o escopo de proteção original. Como conclusão do trabalho, propus uma Resolução da FICPI, que será publicada em breve, solicitando que os países respeitem os direitos de prioridade unionista conforme definidos na Convenção União de Paris, tratado do qual o Brasil é signatário.

Outro importante estudo conduzido por mim e pelo meu grupo diz respeito a representações de designs em meios virtuais -- os chamados Virtual Designs. Estas representações, cada vez mais comuns no dia a dia, podem vir em forma de realidade aumentada (AR -- quando o objeto virtual é projetado em superfícies reais) ou realidade virtual (VR quando o usuário é imerso em um ambiente que é totalmente virtual). O grupo se preocupou com potenciais infrações a desenhos industriais reais que poderiam ser replicadas no mundo virtual, causando assim danos aos titulares dos desenhos registrados.

Por esse motivo, após as pesquisas de campo, o grupo concluiu que os países devem garantir que os desenhos virtuais protegidos pelo registro do desenho industrial não é o objeto em si, mas sim, a concepção deste objeto, e que, em razão disso, os países devem coibir atos de infração a desenhos industriais registrados perpetrados em ambientes virtuais.

***Gabriel Di Blasi**, sócio do escritório Di Blasi, Parente & Associados

Gabriel Di Blasi*

Índice remissivo de assuntos

Inovação

3

Marco regulatório | INPI

4

Desenho Industrial

4